

# Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Supremo confirma que pensão alimentícia não tem Imposto de Renda..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Rateio de despesa e PIS/Cofins: reviravolta do Carf - OPINIÃO JURÍDICA..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Uma tarefa difícil - RAUL VELLOSO..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro aposta agora em mais "bondades" no Auxílio Brasil..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Censo 2022: IBGE adia fim da coleta de dados para dezembro..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

É preciso falar sobre as contas públicas..... 10

TV GLOBO - DF - BOM DIA DF  
SEGURIDADE SOCIAL

#Fato ou #Fake sobre voto como prova de vida..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Equipe de Lula quer atrair classe média e incorporar propostas de Ciro e Tebet..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula quer governo com menos PT, mais centro e guinada na economia..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso conservador em 2023 vai exigir do Planalto mais negociação..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários da terceira via cobram maior definição do programa de Lula..... 19

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo Congresso aumenta o desafio das reformas, avaliam especialistas..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juro alto, crescimento baixo (Artigo)..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pressionada, premiê britânica desiste de cortar IR dos ricos..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Definição da eleição no 2º turno faz Bolsa subir 5,54% e dólar recuar 4,09%..... 27

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"O bolsonarismo se capilarizou e veio para ficar" .....29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Cenário reduz risco de desarranjo nas contas públicas" ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Unctad alerta para recessão global e risco a emergentes ..... 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Lula mira lacunas do Sudeste e Bolsonaro planeja visitas à periferia .....32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Bolsonaro antecipa Auxílio e acena com 13° para famílias chefiadas por mulher ..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Ex-presidente precisa dar guinada ao centro se quiser vencer e governar, dizem economistas  
..... 36

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

"O Brazil não conhece o Brasil" - MERVAL PEREIRA .....38

# Supremo confirma que pensão alimentícia não tem Imposto de Renda

**Ana Paula Branco**

O STF (Supremo Tribunal Federal) confirmou, por unanimidade, a decisão que isenta do IR (Imposto de Renda) os valores recebidos de pensão alimentícia. O julgamento encerra a discussão iniciada em 2015.

Em 3 de junho, o STF determinou que a incidência do imposto é inconstitucional. Por 8 votos a 3, a corte seguiu entendimento do relator da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), ministro Dias Toffoli. Para ele, pensão alimentícia não é aumento de patrimônio e não deve ser tributada, e a cobrança, da forma como é feita, configura bitributação.

No julgamento da última sexta (30), porém, todos os 11 ministros rejeitaram recurso em que a União buscava limitar a decisão do Supremo.

Procurada, a **Receita Federal** informou que está analisando a decisão para se manifestar.

Nos embargos de declaração apresentados pela AGU (Advocacia-Geral da União), que representa o governo na Justiça, havia quatro pedidos. Dentre eles, a solicitação para que a corte definisse a partir de que momento o fim da cobrança deve passar a valer.

O objetivo da AGU era evitar que a União fosse obrigada a pagar valores retroativos aos cinco anos anteriores. O impacto fiscal é estimado em R\$ 6,5 bilhões.

Com a rejeição total deste último embargo de declaração, os pensionistas que tiveram o dinheiro recolhido pelo governo podem pedir os valores de volta na Justiça, até o prazo legal máximo de cinco anos.

Além disso, com a decisão do STF, o governo deve deixar de arrecadar R\$ 1,05 bilhão por ano, segundo estimativas da **Receita Federal** anexadas ao processo pela AGU.

O plenário rejeitou ainda outro pedido feito pela União, para que apenas as pensões judiciais ficassem sem a cobrança do imposto, excluindo as oficializadas por escritura pública em cartório. Segundo a AGU, mais 95 mil pensões reconhecidas por escrituras públicas serão abrangidas, o que aumentará a renúncia fiscal

federal. Se a decisão ficasse limitada a pensões judiciais, seriam 807 mil afetadas.

O terceiro pedido era para acabar com a possibilidade de deduzir a pensão por morte no Imposto de Renda. Hoje, quem paga pensão a filho, ex-mulher ou ex-marido tem desconto anual ao fazer a declaração pelo modelo completo de tributação, resultando em imposto menor a pagar ou valor maior a restituir. O desconto será mantido.

No quarto pedido, também negado, a União defendia que apenas quem tenha rendimentos tributáveis de até R\$ 1.903,98 fique livre da cobrança do Imposto de Renda, como é feito na regra atual.

Com a decisão do STF, quem paga pensão alimentícia não precisará mais quitar o Carnê Leão mensalmente, e esse rendimento não será mais considerado como tributável em sua declaração de Imposto de Renda.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

54

# Rateio de despesa e PIS/Cofins: reviravolta do Carf - OPINIÃO JURÍDICA

*Luciana Rosanova Galhardo e Fernanda Ramos Pazello são, respectivamente, sócia e consultora tributária de Pinheiro Neto Advogados*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187346](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187346)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187346](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187346)

# Uma tarefa difícil - RAUL VELLOSO

**RAUL VELLOSO**

Além de lidar mal com eventos extraordinários de alta gravidade como a pandemia da covid-19, entre vários outros fatores desfavoráveis que não caberiam em um simples artigo de jornal, o atual governo não foi capaz de reverter a desabada das taxas de crescimento do **PIB** que, há muitos anos, vem atingindo a economia brasileira, desde os 8,7% da década de 1971-80 para apenas 0,3% ao ano na de 2011-20. Sem isso, os empregos não crescem de forma adequada e a população sofre desnecessariamente, pois soluções há. Ou seja, se a disputa é entre Bolsonaro e o experiente candidato Lula, e pensando no bem da população, não há por que não dar a este último a chance de fazer o que é certo - ou seja, algo que o outro não fez. Inclusive por que Lula, na direção correta, já se manifestou, por exemplo, em favor do investimento público e contra o teto de gastos, e, por isso, com ele são maiores as chances de fazer o que é melhor para o país, ainda que se saiba que sua tarefa será nada simples.

O ponto central é que existe uma forte correlação entre os investimentos em infraestrutura, sejam eles privados ou públicos, e o crescimento do **PIB** (vejam os gráficos que acabo de apresentar ao Fórum Nacional, que presido, em <https://youtu.be/XU2Z08iSHbs>), mas no Brasil os privados não conseguem ultrapassar a marca média de 1,1% do **PIB** desde os anos 1980, pois, por definição, esses só entram onde a aposta é certa segundo seu cálculo, e, pelo que se vê por aqui, esse cálculo não parece comportar mais que esse nível de gasto. Algo terá de ser feito para mudar isso. Entrementes, dos anos 1980 para cá, os públicos desabavam cerca de nove vezes, de 5,1% para 0,6% do **PIB**, pelo virtual esgotamento do espaço orçamentário público com outras despesas. Ouvi de Paulo Guedes, às vésperas de assumir, que ele odiava investimento público, podendo deduzir, portanto, que a dupla Bolsonaro-Guedes não cuidaria da questão fiscal do jeito que considero correto para viabilizar a abertura daquele espaço, a não ser por acaso.

Teto de gastos Na mesma toada do mercado financeiro, ele defendeu até outro dia a aplicação do falecido "teto de gastos", medida emergencial adotada em um momento crítico, que só faria sentido se mudanças legislativas difíceis de aprovar fossem também adotadas, algo inviável naquele momento. Ou seja, uma contradição em termos...Ao fim e ao cabo, a

única coisa que o teto faz hoje é expulsar dos orçamentos o item mais flexível - logo, o que mais precisaria aumentar, isto é, os investimentos.

É fato que a tarefa à frente é nada simples, pois o "x" da questão, que o governo que sai ainda não percebeu (ou talvez não tenha dado importância a ele), é que, como os poderosos da vez são contra qualquer tipo de financiamento para investimento público, será preciso reduzir consideravelmente o peso do que costumo chamar de "a grande folha de pagamento". O problema pega todas as esferas, mas, no caso do Orçamento da União, por exemplo, onde se incluem os gastos com benefícios previdenciários, assistenciais e o pessoal ativo, o peso desse "bolo", no total, passou de 39%, em 1987, para 76%, em apenas 30 anos, ou seja, quase dobrou. Só ajustando esse item se abrirá espaço para aumentar os investimentos, que, em 2017, haviam se reduzido para, pasmem!, apenas 3% do gasto federal total, algo que só não foi pior porque o peso dos gastos em educação e saúde - algo em si indesejável -, e outras despesas obrigatórias, haviam cedido espaço caindo pela metade, enquanto o das demais despesas correntes discricionárias haviam desabado a quase um terço do se observava em 1987.

Se, por sua vez, olharmos a estrutura dos gastos de uma prefeitura de grande porte, como a da Cidade do Rio de Janeiro, no caso em 2015, ainda que vestido de outra forma o problema se repete. Lá encontraremos uma grande folha (basicamente pessoal ativo e inativos pensionistas) de não menos que 44,3% do total, enquanto o outro item dominante nesse tipo de ente é composto pelos outros custeios obrigatórios (ou seja, urbanismo, saúde, educação, serviço da dívida, Poder Legislativo, precatórios e outras vinculações de receita), hiper rígidos, com 38,7% do total, fechando-se a conta com outros custeios discricionários (que somavam 10,6%) e os investimentos, com estes ficando, finalmente, com apenas 6,4% do total.

Para completar a análise das dificuldades que, à falta de uma ação mais eficaz da gestão que se encerra, Lula provavelmente terá de enfrentar, a fim de turbinar os indispensáveis investimentos públicos, cabe registrar algo bem pouco conhecido. No momento em que esses investimentos se arrastam para decolar dos míseros 0,6% do **PIB** previstos para este ano, as tendências à frente são de forte crescimento das despesas previdenciárias, tanto para o conjunto dos municípios (cujo crescimento real médio foi de 12,5% ao ano em 2011-18), como dos estados (5,9% ao ano

em 2006-18); do RGPS (ou **INSS**, de 5,1% ao ano em 2006-20); e do regime próprio da União (com 3,1% de taxa real média de crescimento em 2006-21). Enquanto isso, o **PIB** crescia à média de apenas 1,6% em 2006-21. Esse tema precisa ser mais destrinchado.

**Notícias Relacionadas:**

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG  
Uma tarefa difícil

# Bolsonaro aposta agora em mais "bondades" no Auxílio Brasil

**IANDER PORCELLA, EDUARDO RODRIGUES**

Na largada do segundo turno das eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL) aposta em mais um conjunto de "bondades" para quem recebe o Auxílio Brasil para derrotar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Sem dar detalhes, Bolsonaro compartilhou uma notícia de anúncio do 13.º para mulheres que recebem o Auxílio Brasil. Na avaliação da campanha, com quase um mês até a nova rodada de votação, dia 30, o chefe do Executivo tem espaço para crescer no eleitorado de baixa renda no Nordeste, principalmente o feminino.

Para antes do 2º turno Antecipação do calendário de pagamentos do benefício foi publicada nesta segunda-feira

O governo também antecipou ontem o calendário de pagamentos do Auxílio Brasil em outubro. Os repasses começariam no dia 18 e terminariam no dia 31, conforme o Número de Identificação Social (NIS) dos beneficiários. Agora os pagamentos serão feitos a partir do dia 11 e terminarão no dia 25, cinco dias antes do segundo turno.

A estratégia de Bolsonaro, que começou a ser colocada em prática no dia seguinte ao primeiro turno, é tentar reduzir a vantagem de Lula nos Estados nordestinos, enquanto aposta na manutenção ou até na ampliação do apoio que alcançou no Sudeste. Dos três maiores colégios eleitorais do País, o candidato à reeleição foi mais votado que o petista em dois: São Paulo e Rio de Janeiro.

Em Minas Gerais, foi superado por Lula. Agora, contudo, Bolsonaro espera contar com o palanque do governador eleito de MG, Romeu Zema (Novo).

Antes do início da campanha, a economia era considerada o "calcanhar de Aquiles" de Bolsonaro, ou seja, seu ponto fraco, já que a **inflação** estava alta, os preços dos combustíveis aumentavam e a pobreza crescia. Às vésperas das eleições, contudo, o governo conseguiu aprovar um pacote de "bondades" no Congresso, que incluiu o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 até o fim do ano e um teto para o ICMS sobre combustíveis, que ajudou a reduzir os preços da gasolina e do diesel.

Os efeitos esperados pela campanha de Bolsonaro com a melhora dos indicadores econômicos e a concessão de benefícios sociais, contudo, não se confirmaram ao longo do primeiro turno. Lula liderou entre quem recebe o Auxílio Brasil e nos Estados do Nordeste, que concentra grande parte da população de baixa renda.

Além disso, a rejeição do presidente entre as mulheres continuou alta. Por isso, entre aliados do candidato à reeleição, também há dúvidas se as quatro semanas até o segundo turno serão suficientes para que mais medidas na área econômica de fato surtam efeito.

Em pronunciamento no Palácio do Alvorada no domingo, após acompanhar a apuração dos votos no primeiro turno, Bolsonaro já deu sinais de que apostaria na pauta econômica para reverter a vantagem de Lula. Na ocasião, o presidente disse que obteve menos votos do que o petista porque a população está insatisfeita com a perda de poder de compra. A estratégia bolsonarista é admitir a crise econômica, mas culpar a pandemia de covid-19 e a guerra na Ucrânia, além de dizer que com o PT no governo seria pior. "Entendo que é uma vontade de mudar por parte da população, mas têm certas mudanças que podem vir para pior. E a gente tentou durante a campanha mostrar esse outro lado, mas parece que não atingiu a camada mais importante da sociedade", disse o presidente, no Alvorada.

**ORÇAMENTO.** O custo de conceder o 13.º salário a mulheres que recebem o Auxílio Brasil seria de R\$ 10,110 bilhões. De acordo com informações da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério da Cidadania, as mulheres representaram 81,6% no recebimento do Auxílio Brasil em setembro.

São 16,85 milhões de famílias chefiadas por mulheres que recebem o mínimo de R\$ 600.

A promessa do presidente não tem espaço no Orçamento de 2022 e tampouco na proposta orçamentária do próximo ano já enviada ao Congresso.

Apesar de garantir que os pagamentos de R\$ 600 continuarão a partir de janeiro, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 tem recursos suficientes apenas para o pagamento médio de R\$

405 por família.

De acordo com cálculos do Ministério da Economia, o custo adicional para manter a parcela extra de R\$ 200 nos benefícios seria de R\$ 52 bilhões, valor que subiria para mais de R\$ 62 bilhões com a nova promessa de 13.º para as famílias chefiadas por mulheres.

No mês passado, Bolsonaro também prometeu pela primeira vez cumprir a lei do Auxílio Brasil e pagar um adicional de R\$ 200 às famílias que comprovarem algum vínculo formal de emprego. O chamado Auxílio Inclusão Produtiva Urbana prevê o pagamento extra, mas nunca foi operacionalizado pelo Ministério da Cidadania.

Sem espaço no teto de gastos, tanto Lula como Bolsonaro precisarão negociar com o Congresso um novo rompimento da regra fiscal para conseguir ampliar o gasto social em 2023. O relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB), já avisou que só começará a debater a peça após o fim da eleição.

O 13.º do Bolsa Família foi pago só em 2019. Depois disso, veio a pandemia e o governo lançou mão do auxílio emergencial.

Além disso, a previsão da parcela adicional não entrou na lei do Auxílio Brasil. |

Saiba mais

Governo regulamentou consignado do programa COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA | Antes do primeiro turno Na semana passada, às vésperas do primeiro turno, o governo regulamentou o empréstimo consignado para beneficiários do programa. Pela portaria, os juros a serem cobrados nessas consignações não podem ultrapassar 3,5% ao mês e a quantidade de parcelas do valor contratado deve ser de no máximo 24 prestações (dois anos). O teto é maior do que o imposto pelos bancos ao consignado do **INSS**: 2,14%.

Além disso, segundo os dados do Banco Central, está acima do que é cobrado, em média, nos vários consignados para trabalhadores do setor privado (2,61%), para trabalhadores do setor público (1,70%), para aposentados e pensionistas do **INSS** (1,97%) e consignado pessoal total (1,85%).

Como mostrou o Estadão, a modalidade é vista por analistas como eleitoreira e com grande potencial de ampliação do endividamento das famílias.

O crédito estará disponível nessa primeira quinzena de outubro, segundo o Ministério da Cidadania, o que ocorrerá depois da conclusão do processo de elegibilidade das instituições financeiras.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20221004>

# Censo 2022: IBGE adia fim da coleta de dados para dezembro

**CAROLINA NALIN E CAMILLA ALCÂNTARA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221004>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221004>**

# É preciso falar sobre as contas públicas

***Claudia Safatle Para o Valor de Brasília***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187346?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187346?page=1&section=1)

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187346?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187346?page=1&section=1)**

# #Fato ou #Fake sobre voto como prova de vida



**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2022/10/04/TVGLOBODF-07.00.14-07.01.56-1664878589.mp4>**

# Equipe de Lula quer atrair classe média e incorporar propostas de Ciro e Tebet

**Bernardo Caram** *Marcela Ayres*

Em busca de consolidar a dianteira do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições e garantir uma vitória no segundo turno, economistas do partido ouvidos pela Reuters sugerem que o programa de governo do partido incorpore propostas de Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB), além de defenderem maior foco na atração de votos da classe média.

O objetivo dos conselheiros do ex-presidente é facilitar a formação de alianças, principalmente com esses dois ex-candidatos, que reuniram 8,5 milhões de votos no primeiro turno, o equivalente a 7,2% dos votos válidos.

"Nosso programa é dinâmico, não fechou totalmente, foi um programa que definiu diretrizes, pontos programáticos, que foi aberto à discussão e continua aberto. Você não pode querer um aliado sem incorporar uma parte do seu pensamento e uma parte de suas propostas", disse o ex-ministro da Fazenda das gestões petistas Guido Mantega.

Um segundo conselheiro, que falou à Reuters em condição de anonimato, frisou que muitas das ideias que constam no programa de adversários do PT no primeiro turno estão em acordo com os princípios desenvolvidos pela equipe petista, e que as convergências facilitam a pavimentação das alianças.

Após a definição do resultado das eleições do domingo, vencida por Lula por uma vantagem de pouco mais de 5 pontos percentuais sobre o presidente Jair Bolsonaro (PL), Tebet e Ciro pediram prazo para refletir e ter conversas com seus partidos e aliados antes do anúncio de possíveis apoios ao segundo turno, que ocorre dia 30 de outubro.

Tebet, que teve embates com Bolsonaro (PL) nos três debates entre presidenciais, disse no domingo que não se omitirá e que tem "lado". Ciro -que se opõe ao presidente, mas fez duras críticas a Lula ao longo da campanha- disse que o país vive situação "potencialmente ameaçadora" e pediu tempo para se posicionar.

Citando especificamente Tebet, Mantega ressaltou que a então candidata vinha fazendo forte defesa de um fortalecimento de pautas da educação, agenda que

ele classificou como central para o PT e facilmente incorporável ao programa de governo.

Ciro Gomes, quarto colocado na disputa em primeiro turno, é histórico defensor de um amplo programa de renegociação de dívidas, algo que foi inserido no programa preliminar do PT, mas de maneira genérica, podendo agora receber mais ênfase nessa segunda etapa da disputa.

Nesta segunda (3), o presidente do PDT, Carlos Lupi, afirmou que conversou com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e que sugeriu a ela que os petistas incorporem três propostas de Ciro Gomes: o programa que prevê zerar dívidas do SPC, o plano de renda mínima e um projeto de educação em tempo integral.

Em pronunciamento no início desta noite, Gleisi disse que chamou Lupi para uma conversa e sinalizou que deseja o apoio de Ciro. Ela não mencionou as propostas.

O presidente do PDT afirmou que agendará para esta terça um encontro da Executiva partidária e espera que Ciro Gomes endosse a posição da legenda. Ciro participará virtualmente.

A campanha de Lula, que indicou expressamente que acabará com o teto constitucional de gastos, chegou a cogitar detalhar publicamente, ainda antes do primeiro turno, temas como regime fiscal, crédito e **reforma tributária** sob um eventual terceiro termo do ex-presidente.

Mas o plano acabou suspenso sob a leitura de que abriria brecha para polêmicas num momento em que a campanha buscava justamente construir uma frente ampla para derrotar Bolsonaro no primeiro turno, atraindo críticas de que Lula estava pedindo um cheque em branco para a economia enquanto frisava que seus governos anteriores eram prova suficiente de sua responsabilidade fiscal.

Agora Mantega diz que as medidas podem ser "um pouco mais detalhadas", ponderando que isso dependerá das conversas com aliados. Já a antecipação do nome do ministro da Fazenda caso Lula ganhe a eleição -ideia que o candidato repeliu até aqui- não está sendo a princípio estudada, indicaram os assessores.

Atribuindo o número mais alto que o esperado de votos para Bolsonaro "ao populismo fiscal" do atual governo e a um fortalecimento do conservadorismo no país, Mantega defendeu que a campanha de Lula dê mais importância à classe média.

"O PT vai ter que repensar a sua estratégia, vai ter que atingir segmentos da população do centro, a classe média que foi capturada por Bolsonaro, mostrar que vamos fazer políticas voltadas também à classe média, que está sofrendo impacto da inflação e teve piora no padrão de vida", disse.

"A campanha [do PT] acaba dando ênfase aos mais pobres. Claro, são os mais necessitados e que têm mais urgência, mas nós criamos um grande mercado de consumo na época do Lula que beneficiou toda a classe média", acrescentou.

De acordo com o ex-ministro, a própria discussão sobre o endividamento das famílias, com divulgação de medidas para renegociação dos débitos, seria um aceno importante para esse segmento da população.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>**

**54**

# Lula quer governo com menos PT, mais centro e guinada na economia

A constatação de que o bolsonarismo se fortaleceu nas eleições fará a campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se aproximar mais de partidos fora do campo de esquerda no segundo turno. A ideia é mostrar que, se vencer a disputa contra o presidente Jair Bolsonaro (PL), Lula vai recrutar nomes de centro para governar, mesmo que tenha de sacrificar o PT na composição da equipe.

A senadora Simone Tebet (MDB), que ficou em terceiro lugar na eleição, vai apoiar o ex-presidente e é cotada para ocupar um ministério em eventual governo Lula. Outro nome citado é o do empresário Walfrido dos Mares Guia. Fundador do grupo Pitágoras, Mares Guia foi ministro do Turismo e das Relações Institucionais sob Lula, vice-governador de Minas Gerais (1995 a 1999) e deputado federal.

O candidato do PT se reuniu ontem com a coordenação de sua campanha para traçar as estratégias do segundo turno.

"Agora a escolha não é ideológica.

Vamos conversar com todas as forças políticas que têm voto e representatividade para somar", disse Lula. "Precisamos conversar com aqueles que parecem que não gostam da gente e do nosso partido." Uma ala mais à esquerda do PT avalia que o comitê de Lula errou ao ficar na "defensiva", sem ir para a periferia e sem partir para o confronto direto com Bolsonaro. Para correntes mais "radicais" do partido, não adianta o ex-presidente adotar um estilo "paz e amor" no meio da guerra. Mas o candidato não vê o cenário assim. "Se for preciso conversar, o Lula paz e amor está pronto", insistiu.

Desde que o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles declarou apoio a Lula, no mês passado, o mercado financeiro reagiu com otimismo, interpretando que ele poderia voltar ao comando da economia. O ex-presidente tem dito, porém, que quer na pasta um político com trânsito no Congresso.

Questionado pelo Estadão se havia conversado novamente com Lula, Meirelles disse que não. "Estou só observando", afirmou o ex-ministro do governo de Michel Temer.

"Pai" do teto de gastos, rejeitado pelo PT, Meirelles foi

presidente do Banco Central nos dois mandatos de Lula.

Se eleito, Lula pretende dar uma "guinada" na economia, promovendo mudanças negociadas com governadores, principalmente em relação ao sistema tributário, chamado no comitê de "manicômio", ainda que haja divergências com a cúpula petista. Em troca do apoio a essa reforma, ele planeja oferecer compensações aos Estados, por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs), nas áreas de infraestrutura e logística.

Lula não divulgou o seu programa de governo, mas prometeu revogar o teto de gastos e mudar o arcabouço fiscal, sem dizer como, além de pôr "o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda". Nem ele nem Bolsonaro, porém, explicam de onde vão tirar dinheiro para manter o Auxílio Brasil de R\$ 600, em 2023. O presidente afirma que Lula nunca detalhou o plano porque quer dar um "cavalo de pau" na economia.

"O que vai haver é uma mudança importante no sentido de recuperar a credibilidade que a gente perdeu e conquistar estabilidade", disse o economista Guilherme Mello, da campanha de Lula. "Queremos construir uma mesa de diálogo com os governadores e demais Poderes.

Não é no sentido de ruptura institucional.

Quem gosta de ruptura é Bolsonaro", emendou.

O novo papel do PT em um possível governo não está definido, mas o acerto é para dar carta-branca ao ex-presidente.

Se nos dois mandatos de Lula, e mais ainda no período de Dilma Rousseff, o PT fazia barulho, pressionava por mais espaço e cobrava o fim do superávit primário, a situação agora é outra.

FRENTE AMPLA. O diagnóstico é o de que será necessário montar uma "frente ampla", que também incluiria nomes da sociedade civil, para administrar e ter maioria no Congresso. As eleições de domingo mostraram que aliados de Bolsonaro tiveram votação expressiva na Câmara e no Senado. Para ter governabilidade, Lula também precisará ampliar as

alianças e contar com a adesão de parlamentares do MDB, PSD, PSDB - ainda que o partido tenha virado nanico - e do União Brasil.

"O governo mais ao centro é uma consequência da união das forças políticas. Não há problema nisso. Ao contrário", argumentou o senador Jaques Wagner (PT-BA), um dos coordenadores da campanha.

Em 27 de setembro, após receber o apoio de ex-ministros de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula deu a senha da estratégia para atrair adversários.

Ao se dirigir a Geraldo Alckmin (PSB), ex-governador de São Paulo e vice em sua chapa, fez questão de avisar: "Meu caro, você já foi promovido a general".

Na disputa mais polarizada do País, a primeira após enfrentar processos que o mantiveram 580 dias na prisão, entre 2018 e 2019, Lula não teve mais a seu lado seus dois "generais".

A patente na campanha do PT foi criada em 2002, quando ele venceu pela primeira vez a eleição para o Palácio do Planalto.

Abatido no rastro de escândalos do mensalão e do petrolão, o ex-todo-poderoso ministro José Dirceu, da Casa Civil, atua hoje nos bastidores; Antônio Palocci, ex-titular da Fazenda sob Lula e da Casa Civil no primeiro mandato de Dilma, virou inimigo após fazer delação premiada. Palocci saiu do PT.

Foi nesse quadro de crise e enfraquecimento do PT que um ex-tucano, rival em outras campanhas, se transformou no símbolo da inflexão que o expresidente quer fazer. Na prática, Lula começou a percorrer o caminho rumo ao centro muito antes da aliança com Alckmin, quando o empresário José Alencar foi seu vice. "Desde 2002, Lula sempre quis que o PT fosse um dos partidos de seu governo, e não o único", afirmou o ex-deputado Paulo Delgado.

Agora, Alckmin virou um curinga: nos últimos meses, foi apontado como possível ministro da Economia e até da Defesa, mas jogou água na fervura de todas essas apostas. "Se o Alckmin for ministro, o presidente não pode ligar para ele em Lisboa e demiti-lo", disse o ex-senador Cristovam Buarque, com uma pitada de ironia.

"O vice é indemissível." Em 2004, Cristovam era ministro da Educação e foi dispensado por Lula, pelo telefone, quando estava em Portugal. |

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20221004>

*“O que vai haver é uma mudança importante no sentido de recuperar a credibilidade que se perdeu e conquistar estabilidade.”*

**Guilherme Mello**

**Economista da campanha**

# Congresso conservador em 2023 vai exigir do Planalto mais negociação

TABA BENEDICTO / ESTADÃO-8/9/2022



NILTON FUKUDA / ESTADÃO-15/5/2018



No 1º turno Elena Landau assessorou Simone; e Nelson Marconi, Ciro

## LUCIANA DYNIEWICZ LUIZ GUILHERME GERBELLI

O andamento da agenda econômica no País a partir de 2023 deve mudar de ritmo devido à nova configuração do Congresso, que terá a direita bolsonarista fortalecida. Como essa mudança vai ocorrer, porém, ainda depende do resultado do segundo turno, segundo analistas.

Se o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vencer no próximo dia 30, ele terá de enfrentar uma oposição dura no Senado e na Câmara, o que dificultará a aprovação de suas reformas. Caso o presidente Jair Bolsonaro seja reeleito, a tendência é de que a pauta econômica fique nas mãos dos parlamentares - como já vem ocorrendo -, enquanto o Executivo foca na sua agenda de "costumes", que envolve questões como o porte de armas.

A economista Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, vê o risco de uma "paralisia" na pauta caso Lula vença e Arthur Lira (PP-AL) se mantenha na presidência da Câmara.

Isso porque, como opositor, o deputado poderia travar as votações dos projetos do governo, inclusive a de uma **reforma tributária** mais ampla - como o PT indica que gostaria de fazer. Por outro lado, ela acredita que seria mais difícil que Lula conseguisse reverter pontos de reformas que foram aprovadas no último ano, como a trabalhista.

## PAUTA DE CENTRO.

Para o economista- chefe da MB Associados, Sergio Vale, considerando o cenário de o PT voltar ao Executivo e a composição do novo Congresso, Lula teria de trabalhar com uma pauta econômica mais de centro, o que inclui uma regra de gastos fiscais também mais dura do que seus assessores econômicos vêm sinalizando.

Já diante da hipótese de Bolsonaro se reeleger, Vale diz que há risco de a **reforma tributária** ser mais modesta. "O que o governo lançou nessa área até agora é bastante ruim", destaca.

O economista afirma também que o ministro da Economia, Paulo Guedes, entraria em seu quinto ano de mandato bastante enfraquecido e sem "ideias novas". Isso deve resultar em uma agenda econômica sendo pautada pelo Congresso, acrescenta. Para Alessandra, no entanto, nesse caso o alinhamento com os parlamentares poderia dar tração à privatização dos Correios. "Vejo a questão das privatizações andando mais do que a tributária, mas não sei se a da Petrobras seria bancada."

## PODER DO CENTRÃO.

Na visão do economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal, há dúvidas se, mesmo reeleito e com o bolsonarismo mais forte entre os parlamentares, Bolsonaro conseguiria ter alguma independência do Centrão. "Se isso (o resultado da eleição no Congresso) muda a equação fortalecendo o presidente na negociação com o Congresso, o suficiente para ter autonomia? Não sei." Appy lembra que o Centrão também saiu dessa eleição fortalecido e, na hipótese de Lula vencer, ele teria de conversar com os parlamentares que compõem essa ala. "Uma parte do Centrão é ideológica e dificilmente haverá espaço para uma negociação", acrescenta, "mas uma parte é mais pragmática, e talvez nela haja algum espaço".

Nelson Marconi, economista que fez parte da equipe econômica do candidato Ciro Gomes (PDT), destaca que, ainda que o Congresso seja mais conservador a partir de 2023, o presidente eleito costuma ter, no início do mandato, mais força para colocar na pauta projetos de seu interesse. "O presidente tem de aproveitar esse momento inicial", diz.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Empresários da terceira via cobram maior definição do programa de Lula

**FERNANDA GUIMARÃES FERNANDO SCHELLER**

Uma parcela do Produto Interno Bruto (**PIB**) que apostou até o fim suas fichas na terceira via, representada pela candidata Simone Tebet (MDB), percebeu que agora terá de escolher um lado da polarização, já que os votos dos eleitores se concentraram nos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL). A resistência maior nesse grupo a Bolsonaro, especialmente pela condução da crise da pandemia de covid-19, não quer dizer, porém, apoio automático a Lula no segundo turno, conforme apurou o Estadão com várias fontes do empresariado e do mercado financeiro ontem.

E isso apesar das expectativas de que a própria Simone anuncie apoio a Lula nos próximos dias.

A posição de João Nogueira, conselheiro de diversas empresas, entre elas a petroquímica Braskem e a Wiz (de soluções para seguros), resume bem o humor dos apoiadores da candidata.

"Antes de mais nada, Lula precisa explicitar e construir um programa negociado com o centro democrático. Precisa ter uma âncora fiscal clara (para conter os gastos públicos), apoio à **reforma tributária** que está no Senado e (dizer) quais são os programas sociais e educacionais que serão levados adiante", diz Nogueira. "O que a gente quer ver é um programa moderno e direcionado para combater as desigualdades, mas com responsabilidade."

## CARTAS NA MESA.

Antes de qualquer declaração favorável definitiva ao petista, eles querem do candidato algo que ele não deu até agora nem ao mercado financeiro nem aos eleitores: clareza nas suas propostas para a política econômica. Apesar de apoios importantes - como o de Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda e expresidente do Banco Central -, Lula tem evitado mostrar as cartas de como conduzirá a economia se for o eleito. A leitura, agora, é de que não basta ter o ex-tucano Geraldo Alckmin como vice em sua chapa para atrair adesões no mercado financeiro.

Em geral, os empresários do "time Simone Tebet" resistiram à tentação do voto útil no primeiro turno e se comprometeram até o fim com a candidata escolhida.

Entre os nomes que formaram o "pelotão de choque" e advogaram pela escolha da emedebista, estão Candido Bracher (ex-presidente do Itaú Unibanco), Walter Schalka (presidente da Suzano), Fábio Barbosa (presidente da Natura Co), Pedro Passos (um dos fundadores da Natura) e Horácio Lafer Piva (sócio e conselheiro da gigante de papel e celulose Klabin).

A sinalização mais aguardada seria o anúncio de um nome para o comando da Economia a partir de 2023, em uma eventual eleição. "O bolsonarismo é uma força política que veio para ficar. Elegeu quem quis.

O PL tem 20% da Câmara agora.

Lula terá de buscar apoios de Tebet e de Ciro se quiser ganhar. Não se pode subestimar a força do Bolsonaro", diz um executivo do alto escalão de uma grande instituição financeira.

## LADO POSITIVO.

Segundo um dos empresários, a ida para o segundo turno não é necessariamente um fator negativo, pois dará mais chances para Lula ser mais transparente sobre suas propostas para a economia - pressão que não existia antes, já que os institutos de pesquisa apontavam boa chance de vitória de Lula ainda no domingo. Uma maior clareza, agora, seria uma forma de atrair os pouco mais de 7% de votos que se dividiram entre Simone e Ciro Gomes (PDT).

Vaivém de declarações realimenta a incerteza

Uma das questões que têm assustado empresários é o vaivém das declarações de Lula sobre a política econômica: para cada apoio de Henrique Meirelles, há uma "demonização" do teto de gastos, o que deixa uma sinalização turva sobre o que seria um governo petista.

Por isso, o banqueiro Ricardo Lacerda, do BR Partners, diz que, se quiser angariar os votos de empresários e da classe média, Lula terá de se comprometer com nomes e políticas. "Lula passou a campanha toda sem se comprometer", afirma o empresário, que no primeiro turno apoiou Luiz Felipe d'Avila, do Novo.

Outro fator que incomoda parte do empresariado, e é

destacado por Lacerda, é o fato de o candidato do PT aparecer constantemente ao lado de nomes a que o mercado tem resistência, como a ex-presidente Dilma Rousseff, Gleisi Hoffmann (presidente do PT) e Aloizio Mercadante (coordenador de seu programa de governo). "Ele vai ter de abandonar os ícones do petismo que o acompanharam recentemente", diz o banqueiro.

"Lula precisa explicitar e construir um programa negociado com o centro democrático. Precisa ter uma âncora fiscal clara e apoio à **reforma tributária** no Senado."

"O que a gente quer ver é um programa moderno e direcionado para combater as desigualdades, mas com responsabilidade." João Nogueira Conselheiro de empresas como a Braskem e a Wiz

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Novo Congresso aumenta o desafio das reformas, avaliam especialistas

O andamento da agenda econômica no País a partir de 2023 deve mudar de ritmo devido à nova configuração do Congresso, que terá a direita bolsonarista fortalecida. Como essa mudança vai ocorrer, porém, ainda depende do resultado do segundo turno, segundo analistas. Se o ex-presidente Lula (PT) vencer no próximo dia 30, ele terá de enfrentar uma oposição dura no Senado e na Câmara dos Deputados, o que dificultará a aprovação de suas reformas. Caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) seja reeleito, a tendência é que a pauta econômica fique nas mãos dos parlamentares - como já vem ocorrendo -, enquanto o Executivo foca na sua agenda de costumes, que envolve questões como o porte de armas.

A economista Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, vê o risco de uma paralisação na pauta caso Lula vença e Arthur Lira (PP-AL) se mantenha na presidência da Câmara. Isso porque, como opositor, o deputado poderia travar as votações dos projetos do governo, inclusive a de uma **reforma tributária** mais ampla - como o PT indica que gostaria de fazer. Ela diz também que seria mais difícil que Lula conseguisse reverter pontos de reformas que foram aprovadas nos últimos anos, como a trabalhista.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, considerando o cenário de o PT voltar ao Executivo e a composição do novo Congresso, Lula teria de trabalhar com uma pauta econômica mais de centro, o que inclui uma regra fiscal também mais dura do que seus assessores econômicos vêm sinalizado.

Já diante da hipótese de Bolsonaro se reeleger, Vale diz que há risco de a **reforma tributária** ser mais modesta. O que o governo lançou nessa área até agora é bastante ruim, destaca. O economista afirma também que o ministro da Economia, Paulo Guedes, entraria em seu quinto ano de mandato bastante enfraquecido e sem ideias novas. Isso deve resultar em uma agenda econômica sendo pautada pelo Congresso, acrescenta. Para Alessandra, no entanto, nesse caso, o alinhamento com os parlamentares poderia dar tração à privatização dos Correios. Vejo a questão das privatizações andando mais que a tributária, mas não sei se a da Petrobras seria bancada.

Na visão do economista Bernard Appy, diretor do

Centro de Cidadania Fiscal, há dúvidas se, mesmo reeleito e com o bolsonarismo mais forte entre os parlamentares, Bolsonaro conseguiria ter alguma independência do Centrão. Se isso (o resultado da eleição no Congresso) muda a equação, fortalecendo o presidente na negociação com o Congresso o suficiente para ter autonomia? Não sei.

Appy lembra que o Centrão também saiu reforçado dessa eleição e, na hipótese de Lula vencer, ele teria de conversar com os parlamentares que compõem essa ala. Uma parte do Centrão é ideológica e dificilmente haverá espaço para uma negociação, mas uma parte é mais pragmática e talvez haja algum espaço, acrescenta.

Nelson Marconi, economista que fez parte da equipe econômica do candidato Ciro Gomes, destaca que, ainda que o Congresso seja mais conservador, o presidente eleito costuma ter, no início do mandato, mais força para colocar na pauta projetos de seu interesse. O presidente tem de aproveitar esse momento inicial, diz.

+ Os melhores conteúdos no seu e-mail gratuitamente. Escolha a sua Newsletter favorita do Terra. Clique aqui!

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/novo-congresso-aumenta-o-desafio-das-reformas-avaliam-especialistas,03c9f8c4c6e296b0e83102f71e774cf4k05yrmj6.html>



# Juro alto, crescimento baixo (Artigo)

**Rafael Cervone, Engenheiro e empresário, é presidente do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo)**

Mesmo com a manutenção da Selic em 13,75% ao ano, conforme recente decisão do Copom, interrompendo a contundente escalada da taxa desde 2021, o Brasil, descontada a **inflação**, continua com o juro real mais alto do mundo, segundo apontam consultorias e especialistas do mercado. Os impactos negativos disso são grandes para as empresas, que precisam de crédito para investimento e capital de giro, e para os consumidores, que reduzem as compras de bens. Cria-se, assim, um círculo vicioso inibidor da retomada do crescimento.

O efeito prático do dinheiro caro é demonstrado com clareza no levantamento Rumos da Indústria Paulista/Fiesp. Dentre as 317 empresas do setor ouvidas, 66% informaram não ter procurado crédito em 2022 e 18% explicaram que o motivo é o juro muito elevado. Cerca de 70% das grandes indústrias e 50% das micro, pequenas e médias avaliaram a taxa praticada em 2022 como pior do que a de 2021. Na ponta do sistema financeiro, as respondentes reportam índices mensais variando entre 1% e 5%. É impraticável!

Não só na indústria, como em todos os setores, a captação de crédito no mercado bancário, um dos motores que movem a economia, está ficando muito complicada, pois o dinheiro tornou-se o insumo mais oneroso para as empresas, que precisam ponderar muito antes de buscar um empréstimo para não comprometerem sua saúde financeira. Por isso, penso que a estratégia de juros exagerados como remédio anti-inflacionário apresenta relação custo-benefício ruim para o país, considerando que o IPCA seguiu alto neste período de escalada da Selic, como consequência do aumento global de preços.

Assim, não bastou o Copom manter a taxa inalterada em sua última reunião. O patamar já está muito elevado. É necessária, com urgência, uma calibragem mais precisa dos juros, que não podem continuar inibindo a procura de crédito, os investimentos e o consumo. Cabe um equilíbrio entre a meta de controle da **inflação** e o estímulo ao nível de atividade. O principal desafio do Brasil neste momento é voltar a crescer de modo mais expressivo, gerar empregos em grande escala e estabelecer melhor ambiente de negócios.

O presidente da República a ser eleito em 30 de

outubro próximo precisa comprometer-se seriamente com uma política econômica eficaz, com planejamento e menos dependente do manejo pontual de juros e câmbio. Precisamos de um sistema de **impostos** mais justo e racional, que estimule os setores produtivos, e de um Estado menos oneroso para a sociedade. Nesse sentido, será grande também a responsabilidade da nova legislatura do Congresso Nacional, com a realização das reformas tributária e administrativa.

Basta de improvisos. O Brasil necessita de um projeto de país moderno, vigoroso e assertivo para se desenvolver, promover ampla inclusão socioeconômica e consolidar seu protagonismo como uma das maiores economias mundiais. Com a mesma do juro alto, continuaremos com a letargia do crescimento baixo.

[...] O presidente da República a ser eleito em 30 de outubro próximo precisa comprometer-se seriamente com uma política econômica eficaz, com planejamento e menos dependente do manejo pontual de juros e câmbio. Precisamos de um sistema de **impostos** mais justo e racional, que estimule os setores produtivos, e de um Estado menos oneroso para a sociedade

Rafael Cervone, Engenheiro e empresário, é presidente do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo)

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

**54**

# Pressionada, premiê britânica desiste de cortar IR dos ricos



Liz Truss enfrenta primeiro revés após um mês no governo; insistência poderia provocar uma rebelião

O plano da primeira-ministra do Reino Unido, Liz Truss, de reduzir o imposto de renda dos britânicos que ganham mais de 150 mil libras (R\$ 910 mil) por ano de 45% para 40% fracassou ontem, após dias de crise política e financeira.

A desistência ocorreu após uma rebelião interna do próprio Partido Conservador, que ameaçou vetar o projeto no Parlamento depois da repercussão ruim do plano nos mercados e na opinião pública. A derrota enfraquece o governo de Truss, no cargo há apenas um mês, escolhida pelo próprio partido para substituir Boris Johnson.

Anunciado há dez dias, o plano de Truss tumultuou o mercado financeiro britânico. A libra desabou e recuou para o menor valor frente ao dólar em 37 anos. O Banco da Inglaterra teve de intervir, valorizando os títulos de sua dívida pública.

**DANO FISCAL.** Investidores temiam que a renúncia fiscal prejudicasse a saúde das contas públicas britânicas. Isso ocorreu porque, se o governo britânico arrecadasse menos com **impostos**, teria de financiar seus gastos aumentando sua dívida pública. Truss e seu secretário da Fazenda, Kwasi Kwarteng, argumentam que o corte de **impostos** estimularia investimentos para dinamizar a economia.

Do ponto de vista político, no entanto, o corte no topo da pirâmide social britânica foi mal recebido pela população.

Milhões de britânicos enfrentam o encarecimento do custo de vida nos últimos meses, provocado principalmente pelas consequências do Brexit, da

guerra na Ucrânia e dos gargalos estruturais da pandemia.

Nos últimos 12 meses, os preços subiram 9,9% no país.

Em sua campanha à liderança do Partido Conservador, Truss havia sinalizado outros cortes de **impostos**, incluindo cortes na alíquota básica - para pessoas com renda mais baixa -, corte nos **impostos** sobre a compra de imóveis e a decisão de não aumentar os **impostos** corporativos. Mas abolir a taxa máxima foi rapidamente interpretado como um auxílio aos mais ricos.

**FRAQUEZA POLÍTICA.** A reversão parece ter como objetivo evitar uma rebelião crescente de membros do Partido Conservador no Parlamento. Vários indicaram que votariam contra o corte de **impostos**, e membros de alto escalão do partido previram que o governo, que está no cargo há apenas um mês, não conseguiria aprovar a medida na Câmara dos Comuns.

Mas a mudança de rota enfraqueceu Truss politicamente, num momento em que a oposição liderada pelo Partido Trabalhista ganha força nas pesquisas.

Mesmo membros do partido da primeira-ministra reconhecem privadamente que o abandono do projeto coloca sua capacidade de liderança em xeque.

**CRÍTICAS.** Michael Gove, um influente ex-ministro do gabinete conservador, criticou duramente o governo no domingo, dizendo que "não era conservador" aprovar cortes de **impostos** não financiados, o que significa que eles precisariam de novos empréstimos para se viabilizar.

O governo já está prometendo pagar dezenas de bilhões de libras para proteger as pessoas do aumento das contas de gás e eletricidade neste inverno por causa das interrupções causadas pela guerra da Rússia na Ucrânia. "Acho que há uma percepção inadequada no topo do governo sobre a escala da mudança necessária", disse Gove. Ele sugeriu fortemente que votaria contra a medida e pediu a Truss que revertesse o curso.

Outro conservador, Grant Shapps, que atuou como

ministro dos Transportes no governo de Johnson, também colocou em dúvida a viabilidade do plano. "É complicado um corte de **impostos** para pessoas ricas agora, quando a prioridade precisa ser as famílias comuns", disse o ex-ministro.

O abandono do plano de corte de **impostos** também levanta dúvidas sobre o futuro de Kwarteng como secretário do Tesouro. Aliado próximo de Truss, ele era o principal defensor da medida, e a primeira-ministra já vinha tentando se distanciar da proposta. | AP, NYT e AFP

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20221004>

*“É complicado  
um corte de impostos  
para pessoas ricas  
agora, quando a  
prioridade precisa ser  
as famílias comuns”*

**Grant Shapps**

**Ex-ministro dos Transportes  
no governo do ex-premiê  
Boris Johnson**

# Definição da eleição no 2º turno faz Bolsa subir 5,54% e dólar recuar 4,09%

**LUÍS EDUARDO LEAL, ANTONIO PEREZ, MARIANNA GUALTER, BRUNA CAMARGO, BETH MOREIRA E CÍCERO COTRIM**

O mercado financeiro reagiu bem ao resultado das eleições deste domingo, que apontou um segundo turno entre o petista Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Jair Bolsonaro (PL).

Principal indicador da Bolsa, o Ibovespa fechou aos 116.134 pontos, com alta de 5,54%. Foi o maior avanço em um dia desde abril de 2020. Já o dólar fechou em queda de 4,09%, aos R\$ 5,1737 - a maior queda porcentual desde 8 de junho de 2018.

Na avaliação de especialistas, o resultado das urnas trouxe dois pontos importantes que animaram o mercado. O primeiro é que o Congresso eleito tem um perfil ainda mais à direita do que o atual, o que, em tese, representaria apoio a reformas estruturantes, algo que foi constatado em falas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

E o segundo ponto é que tanto Lula quanto Bolsonaro terão de moderar na radicalização para vencer a disputa, fazendo acenos ao centro político para conquistar mais votos.

Dessa forma, uma eventual vitória petista, como projetam casas como Eurasia e Capital Economics, se daria num cenário de equilíbrio de forças, com as chances de políticas econômicas mais heterodoxas bastante diminuídas. Caso Bolsonaro seja reeleito, a expectativa é de que pautas caras ao mercado, como privatização, ganhem novo fôlego.

Por conta desse olhar otimista, as ações de empresas estatais tiveram forte alta. Os papéis ON da Petrobras subiram 8,86%, enquanto os do tipo PN tiveram alta de 7,99%. Já as ações ON do Banco do Brasil subiram 7,63%.

O dia positivo também contou com ajuda externa. Lá fora, o mercado recebeu bem a desistência do governo do Reino Unido de cortar alguns **impostos**, além de dados macroeconômicos mais brandos dos Estados Unidos, sugerindo um aperto monetário não tão forte como vinha sendo projetado.

REAÇÃO.

A Guide Investimentos disse que já projetava uma reação positiva do mercado ao resultado do 1.º turno. "Os números mostram um Congresso de maioria de centro-direita, o que deve fazer com que um eventual governo Lula tenha de vir para o centro para conseguir aprovar medidas no Congresso.

Além disso, ainda não dá para descartar uma vitória de Bolsonaro", disse a instituição, em comentário a clientes.

Para o banco Barclays, a diferença mais apertada do que o esperado entre Lula e Bolsonaro pode resultar em alguma moderação na retórica política de ambos os candidatos, embora também possa desembocar em promessas populistas.

"Dado que ambos os candidatos já contam com alto reconhecimento e bases sólidas de apoio político, eles precisarão moderar a polarização e se concentrar mais em suas propostas reais, muitas das quais não foram abordadas no primeiro turno da campanha", afirma o banco britânico, em relatório.

MARGEM.

De acordo com o BTG Pactual, Lula continua sendo o favorito, mas a margem mais apertada no 1.º turno deixa a porta aberta para Bolsonaro tentar mudar o resultado nesta votação final. "E, talvez mais importante, poderia forçar Lula a se mover mais para o centro e a esclarecer sua agenda econômica", afirmam os analistas Carlos Sequeira, Osni Carfi e Guilherme Gutill.

Em relação aos resultados no Congresso, os analistas destacam que a "movimentação para a direita" no Legislativo também é positiva. "Um Congresso de centro-direita reforça a necessidade de o ex-presidente Lula negociar uma nova legislação se eleito, possivelmente limitando o espaço para propostas radicais." Já segundo Alexandre Schwartzman, ex-diretor do BC, Lula ainda é favorito, mas não terá mais a "carta branca" que teria em uma vitória no 1.º turno. "É um resultado menos ruim do que com Lula sem qualquer freio."

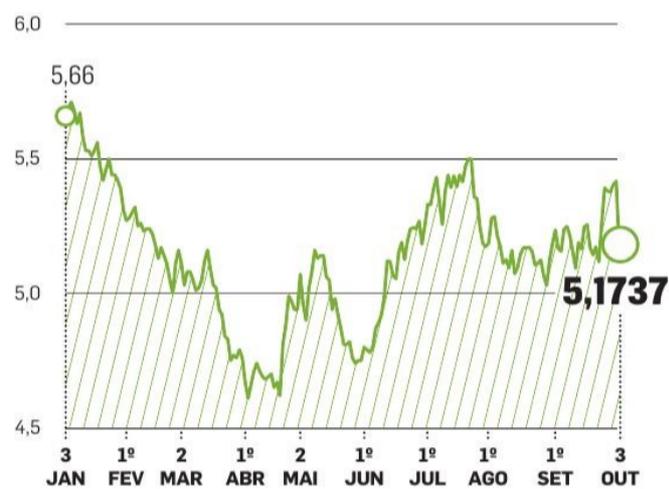
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## REAÇÃO

Moeda americana recua e Bolsa tem salto na segunda-feira após eleição

### Dólar

EM REAIS



### Ibovespa

EM PONTOS



FONTE: BROADCAST / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# "O bolsonarismo se capilarizou e veio para ficar"

**BERNARDO MELLO** [bernardojnello@infoglobo.com.br](mailto:bernardojnello@infoglobo.com.br)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# "Cenário reduz risco de desarranjo nas contas públicas"

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221004>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221004>**

# Unctad alerta para recessão global e risco a emergentes

**Assis Moreira De Genebra**

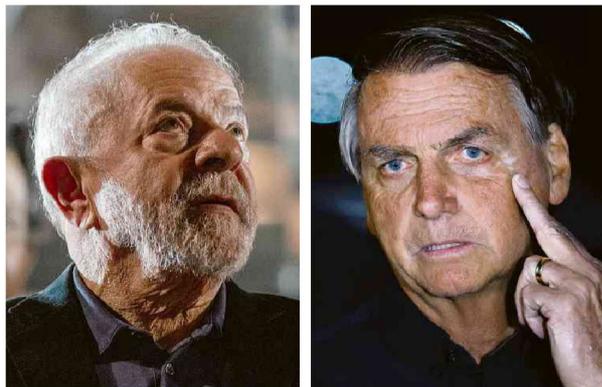
Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187346?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187346?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187346?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187346?page=1&section=1)

# Lula mira lacunas do Sudeste e Bolsonaro planeja visitas à periferia



O ex-presidente e candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) Danilo Verpa - 2.out.22/Folhapress

O presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL), no Palácio da Alvorada Gabriela Bilo - 2.out.22/Folhapress

**Catia Seabra, Marianna Holanda e Victoria Azevedo são paulo e Brasília**

Para o segundo turno, o comando da campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) planeja um movimento mais radical para o centro, incluindo a abertura de diálogo com políticos alinhados ao presidente Jair Bolsonaro (PL). A estratégia tem o objetivo de conquistar espaços no Sudeste.

Lula teve neste domingo (2) 48,43% dos votos válidos, ante 43,2% de Bolsonaro. Faltou 8 milhão de votos para o petista vencer no primeiro turno.

Já a campanha de Bolsonaro, no dia seguinte ao primeiro turno, falou em ampliar a presença em agendas na periferia. A avaliação é de que o adversário ainda lidera entre os mais pobres e que é preciso dialogar mais com esse segmento.

No primeiro turno, ele priorizou agendas com apoiadores e motociatas. Neste momento, precisa se aproximar dos que representam a maior parcela dos eleitores, que ganham até dois salários mínimos.

O movimento da campanha de Lula, por sua vez, mira, entre outros locais, Minas Gerais. No estado, para alargar a vantagem de votos obtida no primeiro turno, os petistas pretendem reabrir conversas iniciadas na pré-campanha com o governador Romeu Zema (Novo), reeleito neste domingo.

A época, desenhava-se um pacto de não agressão apelidado de "Luzema". Pelo acordo em discussão na pré-campanha, o PT lançaria apenas o deputado federal Reginaldo Lopes para o Senado, liberando

seus eleitores na disputa a o governo. Lula, no entanto, foi convencido da necessidade de um palanque para governador e apoiou o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PSD).

Hoje integrantes da cúpula da campanha dizem que Lula foi induzido a erro. Agora a ideia é propor a Zema um acordo informal, segundo o qual ele apoiaria Bolsonaro sem fazer uma campanha apaixonada pelo presidente.

Em reunião nesta segunda-feira (3), Lula afirmou que a busca por apoios não será "ideológica".

"Agora vamos conversar com todas as forças políticas que têm voto, que tenham representatividade e significância política neste país, para que a gente consiga somar num bloco os democratas contra aqueles que não são democratas", disse no encontro com coordenadores da campanha e partidos que o apoiam.

O ex-presidente também afirmou que haverá "menos conversa entre nós e mais conversa com o eleitor". "Não precisa conversar com quem a gente já conhece e sabe que já votou e vai votar na gente. Aqueles que parecem que não gostam da gente, que não votam na gente, que não gostam dos nossos partidos, é com esses que vamos conversar!" Durante a reunião, o vice da chapa, ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), também defendeu amplitude nas negociações políticas. Segundo participantes, Alckmin afirmou que "as eleições estão nas mãos do centro e da centro-direita".

No encontro, o candidato do PT ao Governo de São Paulo, Fernando Haddad, se comprometeu a procurar o governador Rodrigo Garcia (PSDB), que foi derrotado e não disputará o segundo turno. Haddad irá disputar o segundo turno com Tarcísio de Freitas (Republicanos), que é apoiado por Bolsonaro.

A campanha de Lula inclui até mesmo uma conversa informal com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), reeleito no domingo. No estado, a ideia é pedir uma oposição respeitosa, com a promessa de relação amistosa caso Lula seja eleito. O presidente da Assembleia do Rio, André Ceciliano (PT), seria porta-voz da oferta.

Enquanto isso, a campanha de Bolsonaro aposta que os programas eleitorais serão ainda mais relevantes no segundo turno -nesta etapa, os dois candidatos à Presidência têm o mesmo tempo de rádio e TV. Para reforçá-los, a leitura é que o presidente precisará gravar mais fora do estúdio, como foi na primeira fase da eleição.

Aliados do chefe do Executivo veem que o eleitorado do presidente está fidelizado e que ele precisa conquistar votos fora da bolha.

Já participantes da reunião petista em São Paulo apontaram o desempenho nas redes sociais como um dos principais problemas da campanha. A ideia é investir mais em impulsionamento na internet.

Em conversa com jornalistas na noite de domingo, após o resultado das urnas, Bolsonaro admitiu a perda de voto da população mais vulnerável e atribuiu isso à queda do poder aquisitivo.

"Entendo que teve muito voto que foi pela condição do povo brasileiro que sentiu o aumento dos produtos, em especial da cesta básica. Entendo que é uma vontade de mudar por parte da população, mas tem certas mudanças que podem vir para pior", disse, referindo-se a Lula e à esquerda.

Bolsonaro também disse que sua mensagem não chegou a toda a população. "A gente tentou durante a campanha mostrar esse outro lado, mas parece que não atingiu a camada mais importante da sociedade", completou.

O presidente atribuiu a perda no poder aquisitivo à condução da pandemia por estados e municípios, que realizaram o isolamento social. Sem vacina, à época, era a única forma de tentar impedir o avanço do vírus, mas Bolsonaro era contrário.

Como um gesto aos eleitores mais pobres, a Caixa Econômica Federal anunciou nesta segunda-feira a antecipação, do dia 18 para dia 11, do pagamento do Auxílio Brasil e do Auxílio Gás.

A medida já havia ocorrido em agosto, mas em setembro, não. Integrantes do governo disseram que, mesmo antes do primeiro turno, já estava prevista a antecipação e que há a intenção de manter no começo do mês o pagamento dos benefícios.

Enquanto o chefe do Executivo foi o mais votado nas regiões Sul, Centro-Oeste e em três estados do Sudeste, Lula liderou no Nordeste, por 66,9% contra 26,8% de Bolsonaro.

A região é a que mais tem famílias beneficiárias do

Auxílio Brasil, sucessor do Bolsa Família e uma das principais apostas do presidente desde o princípio da campanha.

Aliados, no início do ano, chegaram a defender que o valor fosse de R\$ 800, mas ganhou a proposta de R\$ 400 da equipe econômica. Diante da alta **inflação** e pressionado pelo calendário eleitoral, o governo decidiu conceder o benefício de R\$ 600 até dezembro.

Apesar de Bolsonaro já ter dito que o valor seguirá o mesmo no próximo ano, a proposta não consta no orçamento de 2023. Ela terá de ser enviada ao Congresso em novembro.

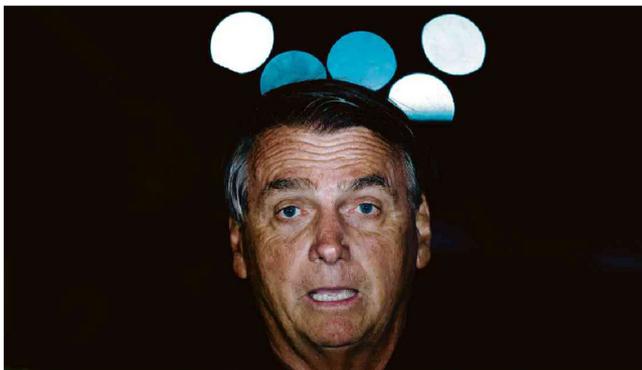
"Vamos conversar com todas as forças políticas que têm voto, que tenham representatividade e significância política neste país, para que a gente consiga somar num bloco os democratas contra aqueles que não são democratas" Luiz Inácio Lula Da Silva (PT) candidato à Presidência da República

"Entendo que teve muito voto que foi pela condição do povo brasileiro que sentiu o aumento dos produtos, em especial da cesta básica. Entendo que é uma vontade de mudar por parte da população, mas tem certas mudanças que podem vir para pior" Jair Bolsonaro (PL) candidato à reeleição à Presidência da República

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50054>

# Bolsonaro antecipa Auxílio e acena com 13<sup>o</sup> para famílias chefiadas por mulher



O presidente Jair Bolsonaro durante entrevista na noite de domingo (2), após a confirmação do 2º turno com Luiz Inácio Lula da Silva. Gabriela Bilo - 2. out. 22, FolhaPress

A campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) pretende disparar promessas na área econômica na tentativa de superar a diferença de votos do chefe do Executivo em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que terminou o primeiro turno na liderança.

O alvo prioritário são as fatias do eleitorado em que o petista tem grande vantagem: as mulheres e os mais pobres.

A primeira iniciativa é a indicação de que Bolsonaro, se reeleito, pagará um 13<sup>o</sup> benefício às famílias do Auxílio Brasil que são chefiadas por mulheres a partir de 2023. Em julho, elas eram 16,7 milhões, o que geraria um custo aproximado de R\$ 10 bilhões.

Nenhum membro da campanha, porém, apresentou o tamanho da fatura, muito menos como isso seria encaixado no Orçamento do ano que vem, que está bastante comprimido e já tem uma fatura bilionária de gastos represados -incluindo a despesa adicional de R\$ 52,5 bilhões para manter o benefício mínimo de R\$ 600 às famílias do programa.

Enquanto engorda a lista de promessas, o governo tem acelerado recursos já aprovados. Assim como em meses anteriores, o calendário de pagamentos do Auxílio Brasil em outubro será antecipado. Antes, os repasses às famílias acabariam no dia 31, pós-segundo turno. Agora, eles se encerrarão no dia 25, antes da realização da votação.

O governo também regulamentou a concessão de empréstimo consignado aos beneficiários do programa, medida que tem potencial para colocar mais dinheiro na mão das famílias vulneráveis -com o efeito colateral de incentivar o endividamento, algo criticado

por especialistas.

Bolsonaro também prepara acenos a públicos cativos, como policiais. O governo está em tratativas internas para viabilizar a nomeação de concursados da Polícia Federal. O tema foi tratado em reunião técnica nesta segunda.

A campanha não tem tanta preocupação neste momento com a viabilidade das propostas, mas sim com o impacto positivo que o anúncio já pode gerar entre os eleitores que votaram em outros candidatos no último domingo (2).

A avaliação é que a atração do eleitorado de baixa renda é vital para Bolsonaro ampliar suas chances de vitória no segundo turno. Na votação de domingo, esse grupo deu apoio majoritário a Lula. Ao todo, o petista teve 48,43% dos votos válidos, contra 43,20% do atual presidente.

Além disso, as mulheres fazem parte do eleitorado que mais rejeita Bolsonaro, segundo pesquisas. Por isso, fazer gestos e tentar melhorar sua imagem junto a elas tem sido um dos principais desafios.

Os resultados do primeiro turno animaram aliados de Bolsonaro, que acreditam na possibilidade de uma virada. O presidente ficou em segundo lugar, mas com uma distância menor do que as que vinham sendo observadas nas pesquisas de intenção de voto.

Apesar da estratégia em torno do Auxílio Brasil, os números indicam que os beneficiários do programa não têm ajudado Bolsonaro e têm mais tendência a votar em Lula.

Em entrevista logo após a apuração dos votos, Bolsonaro deu a senha de que o governo pretende buscar na economia os elementos para tentar convencer o eleitor.

"A mensagem [para o segundo turno] é que o Brasil, levando-se em conta a grande maioria dos países do mundo, é o que melhor está se saindo na questão da economia", disse.

Técnicos avaliam que o governo tem bons resultados a exibir devido à desaceleração da **inflação** (principalmente pela redução nos preços de

combustíveis), às revisões para cima de projeção de crescimento e ao aumento de investimentos, sobretudo vindos do exterior.

Esses dados têm sido usados em contraponto a notícias negativas, como o aumento da fome no Brasil -informação contestada pelo governo com base em estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) assinado apenas por seu presidente e criticado por outros especialistas por estar em desacordo com boas práticas de pesquisa.

Em reação aos ataques ao desempenho econômico do governo, o ministro Paulo Guedes (Economia) já vinha, nas últimas semanas, ampliando sua exposição em entrevistas na tentativa de propagar dados positivos e dar munição aos militantes pró-presidente. Nesta segunda-feira (3) pós-primeiro turno, ele esteve junto com outros ministros e suas equipes em reunião com Bolsonaro no Palácio da Alvorada.

Em conversas internas com suas equipes, ministros do governo têm transmitido a mensagem de que o mês "vai ser duro" e que é preciso que todos permaneçam "firmes" no trabalho.

Haverá ainda investidas concentradas nas mulheres. Uma das ideias é reforçar a propaganda das medidas do governo voltadas ao público feminino, incluindo a entrega de títulos rurais para mães de família e a sanção de leis de proteção às mulheres.

No campo adversário, Lula promete insistir na tecla de que a situação do país não está boa, como prega Bolsonaro. O petista também vai recorrer à economia para tentar convencer o eleitor de que ele já viveu melhor e, por isso, deve apostar na mudança de governo.

"Vocês sabem que o país está pior. Que a economia não está boa, que a qualidade de vida não está boa, que o emprego não está bom, que a renda não está boa, que a saúde não está boa. E que nós precisamos recuperar esse país", disse Lula logo após o resultado do primeiro turno.

O raciocínio dos petistas é que a melhora recente foi fabricada pelo governo com objetivo eleitoral, por meio da redução dos preços de combustíveis e da expansão temporária do Auxílio Brasil. Enquanto isso, a **inflação** de alimentos, com grande peso no bolso dos mais vulneráveis, segue com um dos índices mais elevados entre os componentes medidos nos índices de preços.

A campanha de Lula também reforça, sempre que tem oportunidade, o argumento de que Bolsonaro ampliou o valor do Auxílio Brasil para R\$ 600 apenas até

dezembro, uma vez que a medida não foi incluída na proposta de Orçamento de 2023 -o custo adicional não cabe no desenho atual do teto de gastos, que precisará ser alterado.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50054>

# Ex-presidente precisa dar guinada ao centro se quiser vencer e governar, dizem economistas

**Alexa Salomão**

Logo após a contagem dos votos no primeiro turno das eleições neste domingo (2), o presidente Jair Bolsonaro (PL) atribuiu o resultado à sua bem-sucedida estratégia na economia, que elevou o valor do Auxílio Brasil, ao mesmo tempo em que reduziu o preço dos combustíveis e a **inflação** às vésperas do pleito. Economistas que acompanham a cena política, porém, discordam.

A economia até pode ter ajudado um pouco, como ocorre em qualquer eleição. No entanto, analistas atribuem a arrancada bolsonarista ao avanço da uma onda conservadora -e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai precisar se adaptar a esse movimento para ganhar a eleição e, depois, governar com um Congresso mais à direita.

Terminada a contagem, Lula recebeu 48,4% dos votos válidos, resultado dentro da margem de erro sinalizada pelas pesquisas. Bolsonaro teve 43,22%, uma diferença de quase sete pontos percentuais, que fortalece o presidente no segundo turno.

"Para ocorrer essa diferença no resultado do Bolsonaro em relação às pesquisas, cujos votos foram subestimados vergonhosamente, [o motivo] não foi a economia -o que estamos vendo é uma onda conservadora", afirma a economista e advogada Elena Landau, que coordenou o programa econômico de Simone Tebet (MDB).

"Tem o astronauta Marcos Pontes virando senador por São Paulo, Hamilton Mourão ganhando no Rio Grande do Sul, Magno Malta voltando pelo Espírito Santo, Eduardo Pazuello, o ex-ministro da Saúde, como deputado federal mais votado no Rio. Isso não tem nenhuma relação com a economia."

Elena sai satisfeita com o resultado de sua candidata. "Simone foi de completa desconhecida à terceira mais votada", afirma. No entanto, ela se declara muito preocupada com os futuros efeitos do conservadorismo em duas áreas específicas, caso Bolsonaro se reeleja: o meio ambiente e o STF (Supremo Tribunal Federal).

"O próximo presidente poderá indicar dois ministros para o Supremo", diz ela. "Imagine o efeito disso."

Elena aguarda a posição de sua candidata no segundo turno, que deve ser divulgada até terça-feira (4). Se Simone apoiar Lula, existe a expectativa de que parte de suas propostas para a economia possa ser levada para o PT.

O economista Nelson Marconi, que atuou na coordenação econômica nas campanhas de Ciro Gomes (PDT) em 2018 e 2022, também não acredita que a melhora da economia explique o resultado.

"No levantamento que encomendamos, dá para ver que o governo Bolsonaro injetou cerca de R\$ 450 bilhões na economia neste segundo semestre, com medidas em diferentes áreas, então, as pesquisas teriam de estar muito erradas para não captarem isso antes", diz Marconi. "Acredito que ocorreu outro movimento, mais ligado a agenda dos costumes."

Marconi garante que o seu candidato não vai apoiar Bolsonaro, mas ainda não tem uma definição sobre um eventual apoio a Lula.

O economista Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, espera uma reação petista nos próximos dias. "Lula precisa dar uma guinada dramática ao centro se quiser segurar essa onda conservadora", diz Bacha, histórico apoiador do PSDB que participou da campanha de Tebet para "ajudar na construção da terceira via".

Para o economista, Lula precisa atuar para fortalecer sua coalizão no segundo turno.

Membro da Academia Brasileira de Letras, Bacha tem forte atuação nos bastidores do debate econômico como sócio-fundador da Casa das Graças, um instituto de estudos de política econômica no Rio de Janeiro voltado à promoção de debates sobre o desenvolvimento do Brasil. Neste ano, no entanto, preocupado com os rumos da política, assumiu uma posição mais pública.

Bacha diz que o primeiro passo do PT é concentrar esforços em São Paulo, onde Fernando Haddad (PT) chega ao segundo turno com 35,70% dos votos válidos, abaixo do que previam as pesquisas. O ex-ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas (Republicanos), apoiado por Bolsonaro, terminou o primeiro turno na frente, com 42,32%.

"Foi isso que fez a diferença para Bolsonaro, e será preciso reverter essa situação", afirma ele.

Petista histórico e ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, o economista Nelson Barbosa, costuma estar em campos opostos aos colegas egressos do PSDB. Desta vez, porém, concorda com a importância das alianças mais amplas.

"Pelo aspecto político, o resultado indicou que Lula estava certo em construir uma frente ampla, pois só assim há chance de derrotar Bolsonaro", afirma Barbosa, que é colunista da Folha.

No segundo turno, Barbosa acredita, essa frente será mais ampla, com colaboração de pessoas que apoiavam Tebet e Ciro.

O economista Arminio Fraga, ex-presidente do BC (Banco Central) e colunista da Folha, destaca que uma revisão na estratégia do PT é importante também por causa do perfil que a eleição deu ao Legislativo. "Bolsonaro sai muito forte no Congresso", diz ele. "Erros monumentais precisam ser corrigidos."

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

54

# "O Brazil não conhece o Brasil" - Merval PEREIRA

**Merval PEREIRA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**